

**ASSOCIAÇÃO JUIENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE
CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO
ESCOLAR**

9.5

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E SEU PAPEL DE DEMOCRACIA NA VISÃO DA
COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL OSCAR SOARES**

EINI FERREIRA DA SILVA

aspedag.juara@bol.com.br

Orientador: PROF. ILSO FERNANDES DO CARMO

**ASSOCIAÇÃO JUIENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE
CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO
ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E SEU PAPEL DE DEMOCRACIA NA VISÃO DA
COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL OSCAR SOARES**

EINI FERREIRA DA SILVA

Orientador: PROF. ILSO FERNANDES DO CARMO

*“Trabalho apresentado como exigência
parcial para a obtenção do título de
Especialização em Gestão Escolar”*

JUARA/2007

- Agradeço a Deus Supremo
- A minha Mãe que me deu forças e esteve a meu lado
- Aos mestres pelo conhecimento transmitido

Dedico este trabalho aos meus pais que me deram forças para chegar até o fim do curso

O papel de João está vivo em minhas mãos! Prometo João que tua vida não está vazia. Prometo Maria, que será feliz um dia. E com o maior cuidado e com a maior atenção, carimbo o papel de João, e assino o papel de Maria, eles nunca saberão que seu destino esteve em minhas mãos". (Márcia Holzmann)

ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA
AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA - ISE
CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADOR: ILSO FERNANDES DO CARMO.

RESUMO

Este trabalho é baseado em estudos feitos de fontes bibliográficas e questionário baseado no conceito das leis que determinam a maneira como se deve aplicar a educação neste país.

O eixo da pesquisa partiu das bases teóricas conceituais das legislações educacionais desde os primórdios do descobrimento do Brasil, uma vez que nossos governantes nunca deram ênfase a Educação Brasileira.

Neste parâmetro, buscou-se compreender o desenvolvimento educacional a cada época mediante a Lei promulgada em cada constituição e o engajamento traçado pelos intelectuais voluntários que com afincos lutaram para defender uma boa educação para o povo brasileiro.

Mediante os estudos das Leis percebe-se que ao longo dos quinhentos anos de educação brasileira os avanços também duraram quinhentos anos, tendo em vista as lutas dos intelectuais para escolarizar o povo brasileiro e o descaso da população abastada em contribuir para que tal educação aconteça alegando o motivo da necessidade de mão de obra analfabeta sem cultura, conhecimento e de certa forma muito barata.

Com o passar dos tempos com a chegada da modernização, acompanhada da globalização, percebe-se que a necessidade de se descentralizar a educação é a maneira básica para fazer com que o novo modelo de gerenciamento se introduza nas escolas dando autonomia a elas através da Lei de

gestão democrática, apenas há dezenove anos através na promulgação da constituição Federal de um mil novecentos e oitenta e oito, havendo um período de tempo para os estados se organizarem diante da Lei Federal traçando o perfil de autonomia a nível estadual a fim de coordenar as questões democrática nas escolas públicas, visto que pelo fato das questões educacionais andarem lentamente a comunidade escolar pouco entende sobre a democracia na escola pública uma vês que são repassados os parâmetros da lei nos períodos de eleição para diretor, período esse que compadece na escola menos de cinqüenta por cento dos pais causando desse modo o motivo pelo qual a comunidade não compreende a democracia na escola.

Pretendo com este trabalho contribuir para uma reflexão crítica sobre o conceito de democracia e autonomia da escola, bem como a facilidade e dificuldades que o gestor encontra mediante o novo sistema de gerenciamento educacional concedido a escola pública.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	
1 . PROCESSO HISTÓRICO DA ESCOLA AO LONGO DO TEMPO QUANTO AS LEIS E O SISTEMA QUE A NORTEARAM.	12
1 . 2 O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO NO PERÍDO REPUBLICANO	15
1 . 3 AS LEIS QUE REGERAM A EDUCAÇÃO APÓS 1964	19
CAPÍTULO II	
2 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA INÍCIO DOS DEBATES	21
2. 1 GESTÃO DEMOCRÁTICA EM MATO GROSSO	23
2 . 2 AUTONOMIA DE GESTÃO PARA A ESCOLA PÚBLICA	24
2.3 CONTRIBUIÇÃO PEDAGÓGICA ATRAVÉS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA	25
2 . 4 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	28
CAPÍTULO III	
3 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR	32
3. 1 IDENTIFICAÇÃO DA CLIENTELA	34
3 . 3 O PAPEL DE DEMOCRACIA DA ESCOLA ESTADUAL OSCAR SOARES	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	<u>42</u>
ANEXOS	<u>44</u>

INTRODUÇÃO

Quando se fala em gestão democrática, o tema não especifica o trabalho individual, e sim o conjunto de várias ações que a escola vai desenvolvendo, procurando proporcionar á comunidade, maiores benefícios sócio-culturais com cada profissional da área, atuando de forma específica, democrática, modernizando a sua ação pedagógica.

Compreendo que gestão democrática é um longo processo construído que se pratica a cada dia sendo uma conquista de todos onde todos participam no intuito de que seus direitos sejam respeitados e com o firme propósito de respeitar os direitos dos outros.

No primeiro capítulo apresento as leis que regeram a educação pública ao longo do tempo diante do exposto das mesmas percebi que nossos governantes sempre reprimiram o modo educacional brasileiro, sem dar ênfase deixada a população analfabeta e sem o devido conhecimento, dessa forma a educação brasileira ficou estagnada e nos primórdios do desenvolvimento econômico brasileiro apenas os ricos tinham acesso a ela, ficando a população semi-analfabeta para servir como mão de obra barata nos campos cafeeiros e no progresso industrial que logo após se despontou nas grande metrópoles.

Percebe-se que sempre a educação sempre foi pautada de uma lei, porém o interesse de educar os nossos governantes nunca tiveram, ficando a prioridade educacional a alguns poucos intelectuais que lutavam em prol do

estabelecimento de um sistema educacional que viesse abranger as massas a fim de escolarizar o povo brasileiro que frente a luta sempre achavam a resistência por parte do governo que reprimia os ideais e acatava apenas o que fosse do interesse governamental deixando os avanços sempre estagnado sem o devido desenvolvimento que era necessário para estabelecer uma educação de qualidade e para todos.

No segundo capítulo trabalho sobre o início dos debates sobre gestão democrática no Brasil e Mato Grosso.

No terceiro capítulo apresento a sistematização dos dados coletados, perfil da escola pesquisada sendo feita na comunidade escolar da Escola estadual Oscar Soares que mostra o entendimento que a comunidade, todos os segmentos tem sobre o papel de democracia na escola da qual faz parte, bem como as facilidades e dificuldades que o Gestor encontra para gerenciar a escola mediante ao novo modelo de outonomia concedido a escola.

1 . PROCESSO HISTÓRICO DA ESCOLA AO LONGO DO TEMPO QUANTO AS LEIS E O SISTEMA QUE A NORTEARAM.

“Política Educacional” – é o conjunto de intenções e ações com os quais os Poderes Públicos respondem às necessidades de escolarização dos diversos grupos da sociedade.

O Brasil já teve em 500 anos diversas políticas educacionais: a de concessão da educação oficial aos jesuítas (1549-1758); a das Aulas Régias do Marquês de Pombal (1772-1822); a política imperial de Pedro I (Lei da Educação de 15-10-1827) e a do Ato Adicional a Constituição do Império, em 1834, que descentralizou os encargos das escolas públicas primárias e secundárias para as províncias; a política da escola pública universal e laica da República (1891); as políticas do Estado Novo (1937-45); a LDB de 1961; a das Reformas do Ensino da Ditadura Militar (1968 e 1971); a da Constituição de 1988 e LDB de 1996, complementada pelo Fundef. Mato Grosso se enquadrou nessas políticas a partir das Aulas Régias, pouco acrescentando em termos de intenções, à exceção dos dispositivos da Constituição Estadual de 1989, e estando sempre a reboque das ações nacionais”. (MONLEVADE, 2002 : 42)

No período dos Jesuítas chamado período colonial a base prática da educação era a repetição ou Pedagogia do ratio (studiorum), que focava a matéria da matéria ao método e do método ao professor significando assim que as turmas deveriam seguir seus estudos do começo ao fim com o mesmo professor sendo obrigatório todos os professores usarem a mesma metodologia rigorosamente ligada a igreja católica, no bastante sendo uma disciplina rígida traçando o caráter praticamente essencial para o leigo, e principalmente aquele que desejava ser sacerdote, pois neste tempo não tinha lei que norteava a educação no Brasil, era a obrigação do aluno estudar de forma decorativa os textos a ele apresentado, sendo o professor o centro da escola.

Tempo esse em que a educação não era para a massa popular pois o Brasil necessitava da mão de obra dos pobres para a colonização, por sua vez os jesuítas ensinavam os índios tendo em vista o interesse da igreja católica em

aumentar suas terras nas chamadas missões que a igreja empreendia, uma vez que o interesse da igreja era expandir o catolicismo romano e aumentar suas posses, seguindo posteriormente com o princípio pedagógico fundamental ligada a hierarquização e a obediência, passando depois disso a Pedagogia Tradicional baseada nas teorias modernas americanas e alemãs desligando-se assim da Pedagogia Jesuítica.

Porém em 1894, os planos de escolarização foram sufocados pelos novos políticos e pelos senhores cafeeiros que surgiram ligados à elite e colocando que seu interesse de conservar o cidadão analfabeto seria melhor para os indivíduos continuarem a servi-los, sem ter conhecimento.

No entanto nos meados de 1914-1918, os intelectuais discutiram a questão da educação no país e principalmente em contrapartida a educação popular devido ao crescimento populacional, ao crescimento industrial e às novas cidades que iam surgindo, o que ocasionou uma pressão em favor da alfabetização da população, pois em 1920 75% da população era analfabeta.

Durante a transição do capitalismo inicia-se a explosão do comércio crescente das cidades, houve necessidade de se criar novos padrões para a educação onde se usou a DIDÁTICA MÁGNA, que deu a chance de ensinar tudo e a todos de acordo com a inteligência e capacidade intelectual de cada um, isso durou 150 anos.

Já com Comênio começou a evolução tecnológica, porém restrita à massa pobre que deveria ainda ficar na terra produzindo para o sustento das cidades e para exportação, e o Brasil para não ficar para trás foi obrigado a investir e mudar os paradigmas da educação, dessa forma insere-se os novos paradigmas, mas sempre com um grande atraso em vista dos avanços, pois nosso país é de terceiro mundo e somos o país que temos, uma vez que em outros países de primeiro mundo lá fora o povo e o país espelha a educação que tem, então ainda temos uma educação de terceira, porque não atinge a todos, sabemos que a maioria não usufrui da mesma e essa maioria são os pobres, que somam a quase todos no país que são proletários que trabalham para o topo por pouco dinheiro num país capitalista onde o dinheiro e as posses estão na mão de poucos.

Dessa forma para acompanharmos a globalização estamos engatinhando numa grande maioria não pode comprar os equipamentos necessários para acompanhar tal processo de evolução outra vez ficando apenas nas mãos dos que ganham um pouquinho a mais, pois com um salário de R\$ 380, 00 reais não dá para sobrevivência e sabemos ainda que tem muitos que recebem menos que isso, como fazer parte do mundo globalizado e tecnológico que temos e sermos inserido no contexto global.

Ressalto a idéia que o governo pode investir mais, e mais na educação porém acredito que não seja do interesse; driblar governar e exercer um poder sobre o povo sem conhecimento é mais fácil pois um povo sem conhecimento é fácil manipular o povo sem conhecimento se torna passivo e a falta de conhecimento deixa a pessoa com medo de se posicionar diante de quem sabe, diante do exposto ressalto a competência de nossos políticos que deixaram as primeiras leis educacionais engavetadas até década e as atuais quando votada leva mais anos para adequar-se ao mundo moderno.

Hoje diante da cobrança dos países de primeiro mundo alguém é obrigado a fazer emendas nas mesmas, porém de uma forma não adequada sendo que a maioria que grita por um conhecimento que não pode alcançar devido a sua miséria, não tem acesso por falta de recursos financeiros dividido os baixos salários que recebe esse tal é um excluído e quando ele poderá ser um incluído no mundo capitalista que vivemos, afinal quando que teremos um país alfabetizado, acredito só quando existir uma boa renda a todos de uma forma mais justa.

Com proclamação da república caiu a nobreza, e a educação permaneceu só para os abastados e afortunados põem com crescimento das grandes cidades e a reurbanização do país este ápice o ponto chave para a mudança educacional no país a partir de 1889-1930, começou um movimento chamado entusiasmo pela desanalfabetização critério esse adotado apenas para o brasileiro aprender a ler e pronto, e o otimismo pedagógico, com um caráter especial de escolarizar o povo analfabeto dando ênfase a boas condições didáticas e pedagógica visando uma melhor qualidade no problema educacional no Brasil, questão essa que norteou o período de transição do império para república tendo o seu elevo nos anos 30 momento esse que chamava para um redirecionamento da

Educação Brasileira para sustentar um país que estava passando por várias transformações no âmbito de seu desenvolvimento, econômico industrial e cultural.

Ressaltando ainda que no final do império aconteceram profundas transformações dentro da sociedade brasileira devido a plantação do café houve uma evolução na economia e modernização das cidades e deu-se início ao crescimento industrial, significando o fim do regime da escravidão e o início do trabalho assalariado, com esse sobressalto surgiu os intelectuais que ostentava o espírito de república, tendo início a luta pela alfabetização do povo brasileiro, uma vez que isso partiu dos intelectuais e não o governo, o qual não implantou nem uma política educacional para a alfabetização do povo.

“As décadas derradeiras do Império ensejaram profundas transformações na sociedade brasileira. A expansão da lavoura cafeeira, a remodelação material do país (redes telegráficas, instalações portuárias, ferrovias melhoramento urbano etc), um inicial surto de crescimento industrial e, principalmente uma urbanização significativa acoplada ao fim do regime de escravidão e a adoção do trabalho assalariado completaram um conjunto de processos e situações que colocavam o país no rumo da modernização. No quadro dessas transformações Império ruiu, abrindo caminho para a adoção de um novo regime político: a república”. (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2001: 15).

1 . 2 O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO NO PERÍODO REPUBLICANO

Na primeira república existiam poucas escolas, e as que existiam eram freqüentadas por alunos da classe média, porém os ricos eram educados por estrangeiros contratados pelos pais que ensinavam os alunos em casa e poucos iam para colégios particulares, religiosos nas capitais ou para o exterior estudar em uma faculdade, em todo o território brasileira havia apenas algumas escolas rurais e os professores que trabalhavam não tinham nem uma formação pedagógica porém atendiam uma grande camada da população das áreas rurais, sendo que o poder cafeeiro dominou nos 40 anos seguidos e não era do interesse do fazendeiro ter trabalhadores escolarizados para ele era melhor a mão de obra analfabeta e barata pois ele poderia domina-los melhor, todavia com a urbanização e industrialização criou-se o ensino secundário, neste período os mais abastados enviavam todos os seus filhos a escolas particulares e incentivaram a construção de escolas públicas

período esse de 1881 em que aconteceu a reforma de Benjamim Constant especialmente para o Distrito Federal da época.

“No Nível legislativo o governo republicano iniciou seus dias com a reforma de Benjamim Constant, em 1891, dirigida ao ensino do Distrito Federal. Entre outras coisas, essa reforma criou ministério da Instrução, Correios e Telégrafos que durou apenas de 1890 a 1892”.
(GHIRALDELLI JÚNIOR, 2001 : 27)

Porém após a 2^o guerra mundial em que a Inglaterra foi brutalmente prejudicada ela concordou que os Estados Unidos comercializassem seus produtos com outros países, dessa forma o Brasil passou a negociar com os americanos e novamente os intelectuais do Brasil passaram a observar o quanto os norte americanos estavam além em sua cultura e transformação social, influenciando outras tendências no educacional pedagógico dando início ao Movimento da Escola Nova, ideário este que praticamente ficou apenas no papel sem uma política de escolarização ou formação de mão de obra para tal, porém no período dos anos 20 aconteceram no Brasil a conferência Brasileira de Educação (ABE) adotando neste termo Entusiasmo Pedagógico, e retirando do Congresso Nacional o monopólio da discussão educacional colaborando assim com as duas tendências do Entusiasmo quanto do Otimismo, marcando assim um processo de transformação educacional e cultural que apareceu no final da primeira república que deu o empurrão para os avanços educacionais após a revolução de 30, porém foram três as correntes pedagógicas que brilharam no cenário dos entraves pedagógicos no período da primeira república, a Pedagogia Tradicional, nova e Libertária, essa reforma não aconteceu na prática pois foi extinto o ministério da instrução, no entanto em 1911, foi criado pelo governo federal uma nova Lei chamada de Lei Orgânica Rivadávia Correia, que tornou a presença do aluno facultativa e desoficializou o ensino, porquanto devido a polêmica que a mesma causou foi derrubada pela Lei Carlos Máximo em 1915 que reoficializou o ensino reformando algumas escolas, e posteriormente aconteceu outra reforma chamada Luiz Alves/Rocha Vaz, que estabeleceu a legislação que colocou o governo federal a trabalhar junto com os estados a fim de atender a população no ensino primário, porém a legislação atuou diferentemente em cada estado alguns evoluíram mais e outros menos. O estado de São Paulo foi o que apresentou a evolução maior.

Este tempo durou 02 décadas foram nomeados 05 generais como presidentes da República, ocasião em que foi implantado o sistema tecnicista com

cursos profissionalizantes marcado por uma confusa Legislação Educacional; sendo a educação um dos principais alvos da repressão e privatização do ensino e as classes populares foram excluídas no contexto educacional de um ensino com boa qualidade, pois educar neste período fazer com que o cidadão tenha uma leitura de mundo não era a intenção do regime que auto comandava e sim deixar o cidadão alheio as intenções políticas e camuflando o entendimento do aluno, tempo esse em que os intelectuais não viam uma progressão e uma liberdade de pensamento individual.

“A Legislação educacional brasileira evoluiu diferentemente em cada Estado. Também a estrutura e o funcionamento das escolas, em cada região, adquiriram características muito particulares. Todavia feita essas ressalvas, é possível a estruturação da organização escolar paulista nos primeiros anos da república, como um exemplo para o entendimento de vida escolar naqueles anos”. (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2001 : 28)

O Brasil é um país privilegiado com seu modelo de leis que exhibe-se no papel porém os mandatários nunca souberam executar e cumprir as mesmas, para o bem da população e do país prova disso temos as Constituições que não deixaram de mencionar a Lei da Educação que vem sempre aperfeiçoando a fim de acompanhar o desenvolvimento do país.

Temos Constituição desde o período republicano a de 1824 1891, 1934, 1937, sendo o período de 1930 a 1937, que ocorreu a maior radicalização política de todas as épocas, mediante a muitos projetos que se propunha os projetos que visavam uma nova postura educacional eram defendidos pelos liberais e conservadores, vale ressaltar também que a carta que regeu a educação durante Estado Novo, a educação ficou alheia a estado que de certa forma se comprometeu apenas com um papel subsidiário mais uma vez o governo não fez caso com a educação tendo em vista que a carta de 1937, não propunha que a educação ficasse por conta do estado e pretendia que os ricos cuidassem da mesma e oferecer aos mais pobres sendo que o governo Getulista não tinha nem um interesse na democratização das oportunidades educacionais garantindo assim os anseios dos conservadores e os mesmos se anexando aos ideais de Vargas.

Nesta perspectiva este tempo foi marcado de diversidades de projetos que favoreciam a sociedade brasileira, visando uma boa educação para o povo, alguns projetos foram os que se sobressaíram no contexto educacional; os liberais defendiam a pedagogia nova no âmbito da democracia na evolução urbana,

econômica e industrial do país, estes liberais já haviam lutado pela educação nos anos 20, eles defendiam as bases pedagógica renovada e defendiam a reformulação da política educacional, porém os católicos que faziam parte de uma outra linha se opunha aos liberais defendendo a pedagogia tradicional, acontecendo nesta época um grande impasse entre essas duas linhas com manifestos, porém com a revolução de 1930 estes ideais foram frustrados e deixados de lado.

No campo educacional o governo Vargas controlou da mesma forma que usou com proletariado, desenvolvendo

No entanto com a revolução houve um grande avanço nos termos sociais do país e muitos setores marginalizados obtiveram seu lugar no poder político possibilitando assim uma reorganização no âmbito do capitalismo, na maquina industrial e cafeeira e crescimento urbano crescimento no setor viário e proletarização do trabalhador causando um grande impacto na modernização do país que provocou na parte governamental o qual fez um tremendo esforço para controlar as duas grandes tendências na área educacional de uma lado os conservadores e reacionários ligados a igreja católica, pois não eram a favor da democracia nas escolas, os liberais que com muita ênfase queriam mudanças qualitativa e quantitativa na rede de ensino público estes educadores se reuniram em conferência nacional articulada pela associação brasileira de educação(ABE), tendo em vista que no ano de 1931, aconteceu a IV conferência em que discutiu-se as diretrizes da educação popular pois Vargas neste período criou o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), e os debates e reformas do movimento do Otimismo Pedagógico se alienou com os liberais em que proporcionou um diálogo entre os componentes das tendências proporcionando uma ciranda de discussões entre as linha e governo a respeito da escolaridade da população sendo necessariamente o governo colocar em prática e cumprir a leis educacionais criando um meio para produzir a mão de obra a fim de suprir a escolaridade da maça brasileira.

Dessa forma as discussões pouco colaboraram com a população que ficou a mercê do analfabetismo e sem conhecimento retratando assim um país de terceiro mundo que temos hoje.

“Esse clima ideologicamente rico dos anos 30, não pode ser preservado. O regime constitucional criado em 1934 não durou muito. Em 1937, sob o pretexto de combate ao comunismo e de manter a

unidade e a segurança na nação, Vargas desfechou o golpe que institucionalizou o Estado Novo. Os debates educacionais foram abafados, novo reordenamento jurídico foi instituído. Um novo caminho, agora traçado pelo Estado ditatorial, passou a redirecionar o debate sobre a pedagogia e política educacional. O debate saiu da sociedade civil e foi encampado e controlado pela sociedade política". (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2001 : 46)

1 . 3 AS LEIS QUE REGERAM A EDUCAÇÃO APÓS 1964

Vale lembrar que no período de 1946 a 1964, país foi governado por uma nova constituição denominada era liberal, que visava a organização política no avançar das lutas partidárias tendo em vista que muitos partidos perderam seu registro causando uma grande crise no setor político mediante a liberdade democrática, sem garantir nada a educação pois os políticos ficavam na câmara apenas discutindo e se atacando ao lutar por uma Lei que garantisse uma educação de qualidade,

Porém após muitas brigas e discussões e 13 anos de engavetamento a Lei 4.024/61 foi votada ela garantiu igualdade de repasses financeiros aos estabelecimentos escolares públicos e particulares a fim de conseguir sustentar muitas escola públicas em pleno funcionamento garantindo a educação as classe menos favorecidas, então a lei foi aprovada pelo Congresso Nacional a partir de então foi criada outra lei para favorecer a educação a Lei 5.540/68, que dava direito as reforma do ensino superior.

Também foi aprovada a lei 5.692/71 que garantiu a reforma no ensino de 1º e 2º da época de princípios escolanivista que garantiu à educação a escola tecnicista, sendo de certa forma bem aceita pelos professores que ministravam aulas e lutavam por uma reforma educacional.

Cabe ressaltar que todas essas leis apesar dos entraves políticos contribuíram para a educação perfazendo um papel primordial para sua época pois bem vemos que de acordo com a evolução econômica e científica, onde o homem deve interagir no mundo moderno houve a necessidade de adequar-se e reformular dando vida a uma nova Lei Educacional Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) 9.394/96 de 20 de dezembro de 1.996, a mesma estabelece todas os direitos e deveres tanto da união quanto dos estados e municípios no que diz

respeito ao cumprimentos da mesma na educação infantil fundamental médio e ensino superior.

“Art. 1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.
(BRASIL, 1996 : 01)

A nova Lei de diretrizes educacionais infere estabelecer autonomia aos estados de estarem se adequando a mesma e construindo sua própria lei educacional estadual.

Em Mato Grosso por exemplo a LC 50, Lopeb, lei dos servidores da educacional, sancionada em 1998, e por sua redação serviu de espelho para outros estados brasileiros, no entanto com uma grande defasagem de cumprimento por parte dos nossos governantes que quando se trata de pagar um salário digno ao professor é necessário lutas paralisações e greves para chegar a um aumento de salário insignificante desestimulando qualquer profissional no seu campo de trabalho.

2 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA INÍCIO DOS DEBATES

Desde a década de 40 já tinha início as discussões sobre democratização na escola pública, embora que através disso não tenha causado a reorganização de sua estrutura e funcionamento.

Porém as discussões para superar modelo empresarial na escola questão esta que começou na década de 70 e também foi muito suprimida com poderio militar alcançando o apogeu da transição democrática nos meados de 80, um momento em que a sociedade passou a compreender e mobilizar-se no intuito de garantir que aconteça as mudanças nas diversas áreas do poder inclusive garantindo a mudança na educação.

No entanto foi no final da década de 1970, e chegando ao fim do regime político e autoritário militar que governava do país desde 1964, regime esse que não atendeu a base educacional oferecendo qualidade de vida e educação ao povo brasileiro, e sim levou o povo ao empobrecimento econômico, político e sociocultural crescente, através da desigualdade da distribuição de renda proporcionando um grande aumento no índice de analfabetização que não correspondeu a expectativa do desenvolvimento da economia que mais uma vez a população ficou a mercê do analfabetismo, e a escolarização só para os mais abastados.

Neste período houve uma verdadeira revolução com greve do ABC, e lei que permitia a criação de novos partidos e anistia aos exilados, uma auto índice de inflação que culminou nas diretas já bem como a renovação da política sindical.

Diante de todos esses acontecimentos encontra-se o nascimento das reivindicações de melhoria no meio educacional na qual levaram os professores e a população a solicitar uma escola pública democrática e de qualidade apresentando a escola que existia com uma escola falida diante de uma grande taxa e analfabetismo, tendo em vista a escola estava com um alto índice de evasão, e reprovação e a enorme desqualificação profissional dos professores, e o desleixo e depredação da rede física escolar, da qual pela vista era indesejável para se permanecer por longas horas estudando, uma vez que até hoje não mudou muita coisa tendo em vista que o quadro educacional repercutia muito mal, causando um enorme motivos para se discutir a questão por aqueles que pesquisavam a mesma avolumando-se as discussões num período em que a liberdade de expressão estava apenas apontando apesar de muitos serem submetidos a auto-sensura .

Nas escolas o poder exercido pelo diretor era delegado pelas autoridades como: Secretário de Educação, políticos exercendo mandatos e partidos governamentais, esse poder dado apenas ao diretor ligava o a hierarquia política sendo que aparentemente o diretor trabalhava em prol dos políticos sendo fiel aos mesmos no cargo que lhe foi outorgado sendo protegido pelo político que o apadrinhou com tal confiança transmitindo medo político a qualquer que quisesse se manifestar ou denunciar qualquer atitude ou abuso de poder por parte do diretor, porém essa pressão não durou muito tal incômodo foi denunciado por entidades classe, pesquisadores e estudantes, a diminuição de verbas educacionais o modelo tecnicista de ensino práticas autoritárias exercida pelo diretor da escola que não vinha a calhar com o caráter educativo que deveria ser no qual fizeram vários debates encontros como o da assembleia sindical e Conferência Brasileira de Educação onde debatiam os problemas educacionais como o da lei vigente 5692/61 que profissionalizava o Ensino Médio e 5540/69 da reforma universitária elaboraram as propostas para a educação, mediante a todos esses debates nasce a concepção de democracia que culmina com as diretas já, modelo esse que proporciona aumento de poder para a maioria que traduz em participação com a possibilidade de decidir através dos conselhos deliberativos criados pela escola

pública e registrado em cartórios dano autonomia a comunidade de gerenciar a escola juntamente com o diretor.

2. 1 GESTÃO DEMOCRÁTICA EM MATO GROSSO

“Regulamenta os dispositivos do Art. 14 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e bases da Educação Nacional), bem como o inciso VI do Art. 206 da Constituição Federal que estabelecem Gestão Democrática do Ensino Público Estadual, adotando o sistema seletivo para escolha dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino e a criação dos Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar nas Unidades de Ensino”. MATO GROSSO, 1999 : 31)

O Estado de Mato grosso vem desenvolvendo um trabalho democrático nas escolas públicas desde a década de 80 através da Lei 5.189, de 10 de março de 1987, porém a escola teve essa liberdade até 1989, período esse que foi paralisado pelos novos políticos que entraram no poder ficando sem eleição para diretor de 1990 até 1994.

Dessa forma entende-se que a Gestão Democrática acontece nas escolas públicas de acordo com o grupo que governa pois o governo estadual é o mentor da execução das políticas educacionais por meio dos profissionais e comunidade em geral.

“... A Gestão Democrática é um objetivo cujas condições de existência implicam, de uma parte, a responsabilidade coletiva e de outra, a vontade individual de transformar a própria consciência, pelo autoconhecimento, pela autocrítica pela humildade de aceitar a diferença, como condição para o diálogo e a ação conjunta. A democratização não é um dado, mas uma conquista da própria sociedade, o conceito de democracia não é unívoco, e sua condição está na possibilidade do exercício da crítica e do diálogo com estratégia de crescente desativação do impacto da cultura autoritária”. (SANTOS, 2005 : 70)

Foi através do governador que exerceu o mandato após 1995 que foi retomado os debates através do Fórum Estadual de Educação em 1995 e apresentado as propostas que teve seu apise de discussões agilizando a criação da nova Lei de Gestão Democrática que foi implantado nas escolas públicas de Mato grosso em 1995, considerando o artigo 42 da Constituição Federal a Assembléia Legislativa de Mato Grosso aprovou e o governador sancionou a Lei de Gestão Democrática do Ensino Público Estadual Lei 7.040 de 01 de outubro de 1998, que estabelece os critérios para a eleição do diretor através do voto direto

pela comunidade escolar garantindo um trabalho plenamente democrático exercido juntamente com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar o diretor gerencia a escola em que trabalha na coletividade proporcionando uma transparência democrática através da autonomia de gerenciamento juntamente com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, no tocante ao trabalho administrativo, pedagógico e financeiro da Unidade Escolar.

2 . 2 AUTONOMIA DE GESTÃO PARA A ESCLA PÚBLICA

De acordo com a regulamentação da Lei Federal 9.394/96, a escola pública estadual que tem a livre autonomia para escolher seus diretores através de voto direto, e bem como a regulamentação dos Conselhos Escolares a serem trocados a cada 2 anos, bem como período de gestão do diretor escolar que corresponde a mesmo período dos conselhos.

“A Gestão Democrática do Ensino Público Estadual, princípio inscrito no artigo 206, inciso VI da Constituição Federal, e no Artigo 14 da Lei Federal nº 9.394/96, será exercida na forma desta lei, obedecendo aos seguintes preceitos”. (MATO GROSSO, 2004: 28)

Para a escolha do diretor primeiramente escolhem-se os novos membros do CDCE, dentro da comunidade escolar e em uma reunião escolhem-se os novos membros do CDCE, com os segmentos professores, pais, e alunos maiores de 14 anos, tendo no mínimo 08 e no máximo 16 membros sendo uma vez que a eleição do mesmo deverá ser de 30 dias antes da eleição do diretor. O CDCE compor-se-a com os seguintes membros presidente, secretário e o tesoureiro deverão ser escolhidos entre seus próprios membros sendo que o diretor não pode ocupar o cargo de presidente tendo em vista que o mesmo deverá se reunir uma vez por mês em reunião ordinária e deve ser escolhido o Conselho Fiscal, que será eleito pela comunidade escolar a cada ano, composto de 03 membros 03 suplentes sua função neste segmento o aluno menor de 21 anos não poderá atuar visto será composto por professores e pais, a cada semestre e fica também escolhido um suplente para cada segmento em caso titular se mude ou desista ser de atuar esta deve ser escrita se rasuras com os nomes corretos dos novos componentes, RG, CPF, grau de escolaridade endereço e posteriormente registrado em cartório, depois que o cartório achar conforme a ata ele efetua o registro a partir daí e que fica oficializado o novo CDCE de cada escola, que tem uma grande competência em

atuar, pois o diretor não gerenciará a escola sozinho e nem tomará nem uma atitude sem convocar o conselho, sendo que o diretor não conseguirá trabalhar sem ele, uma vez que é de suma importância este órgão dentro da escola, bem como o conselho fiscal que auxiliará nas prestações de contas da escola, mantendo assim a transparência nas prestações de contas que deverão ser apresentadas à comunidade escolar no ano em que servir a escola, tendo em vista que será um trabalho tanto do CDCE ou Conselho Fiscal, este trabalho será sem remuneração.

Dentro do processo seletivo para o diretor, primeiramente o CDCE irá escolher os membros da Comissão Eleitoral, que irão trabalhar dentro de critérios para executar a eleição. Será de responsabilidade da comissão eleitoral divulgar os nomes dos candidatos que irão concorrer ao cargo, bem como aos alunos e comunidade escolar, e organizar a eleição convidando a comunidade escolar a participar da escolha do novo diretor, que, uma vez eleito, a comissão contará os votos e encaminhará para Cuiabá, o resultado do pleito, cabendo à SEDUC, dar posse ao mesmo no dia determinado pela mesma secretaria, após a posse o novo diretor já tem toda a autonomia para trabalhar na escola.

Mediante esta lei, o gestor escolar tem mais autonomia na gestão financeira, e um bom gerenciamento das verbas recebidas do estado e da união depositadas em uma conta corrente no nome do CDCE, e assinados pelo diretor presidente do CDCE e tesoureiro, recursos esses destinados para manutenção e custeio da escola, bem como também para o custeio pedagógico, como compras de livros e xerox de materiais para o melhorar o bom desempenho das escolas públicas, e um bom padrão de qualidade pedagógica para administrar a mesma, bem como uma grande responsabilidade entre o poder público e comunidade, na autonomia pedagógica, administrativa e financeira, trabalhando juntamente com o CDCE, mantendo a transparência nas partes administrativa, como financeiro de pedagógico.

“Art. 51 A autonomia da Gestão Pedagógica das Unidades Escolares objetiva a efetivação da intencionalidade da escola mediante um compromisso definido coletivamente”. (MATO GROSSO, 2002 : 40)

2 . 3 CONTRIBUIÇÃO PEDAGÓGICA ATRAVÉS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Atualmente vivemos cercados por uma era globalizada, da economia, meios de comunicação, que interligam o mundo que visa crescer, oportunizando aos homens os desafios que se insere no mundo moderno, levando-o a caminhar em busca de se interar e tornar cidadão incluso e participativo do novo cenário que se apresenta e para isso é tarefa de responsabilidade da escola capacitar cidadão para o ingresso no novo mundo que se apresenta dessa forma a escola precisa buscar novos mecanismos para que os educadores saibam que tipos de educação necessitam os alunos, certamente precisam ser educados para buscar o conhecimento e estar integrado dentro do novo sistema.

Diante do novo paradigma que se apresenta, apesar das crises da escola pública, ela devem enfrentar estes desafios, e elaborar seu próprio projeto político Pedagógico aproveitando da liberdade que é concedido a tal questão, construindo-o de forma interdisciplinar e de acordo com perfil da comunidade escolar em que está inserido, juntamente cm os profissionais da educação.

“Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo, por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é assim sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola”. (CONSRUINDO, 1999 : 16)

Até recentemente falava apenas em administração escolar hoje em dia fala-se sobre gestão democrática, modelo esse que surgiu incorporado aos comportamentos filosóficos e políticos, a fim de acompanhar a modernidade que se ajusta a cada época, acompanhando o desenvolvimento humano no campo econômico político e científico. Compreendendo que a teoria da administração já ficou para traz, onde se busca uma forma mais abrangente de se administrara através do novo conceito de gestão, onde há participação de todos os envolvidos, buscando alcançar os objetivos que atenda os interesses da escola.

A gestão democrática possibilita desmontar relações de mando e submissão, fazendo surgir o sujeito coletivo que decide age, e pode atuar na transformação do social. Portanto a Gestão Escolar é aquela que compartilha, descentraliza dialoga e participa, que envolve todo o contexto escolar bem como direção professores coordenadores funcionários e comunidade possibilitando a transformação da dinâmica de uma instituição, assim todos estarão envolvidos e irão se sentir responsável pelo planejamento uma vez que o novo modelo de gestão descentraliza o poder de autoridade encontrado nas mãos de uma só pessoa no

caso o diretor da escola. O diretor da escola ocupa uma posição importante na estrutura do ensino público sendo que o mesmo responde pela articulação da escola com a comunidade em que se insere e também com a rede que compõem o sistema de ensino, além disso e acima de tudo deve garantir o bom funcionamento da escola visando o melhor atendimento na gestão escolar o diretor deixa de ser a autoridade única da escola e também não é mais o administrador burocrático preocupado apenas com a manutenção do prédio preenchimento de papéis e suprimento de recursos humanos e materiais, ele passa a ser o grande articulador das ações e o condutor do projeto da escola, aquele que prioriza as questões pedagógicas e que mantém o ânimo de todos na construção do trabalho educativo. Um diretor capaz de exercer liderança educacional pode determinar a diferença entre uma escola estagnada e uma escola em movimento.

O diretor enquanto líder está em contato permanente com os docentes faz com que cada profissional aluno e os pais se sintam inseridos no contexto do projeto da escola e possibilitando a valorização do desempenho dos professores sabendo que receberão o reconhecimento pelo seu trabalho dessa forma motiva-os a fazer cada vez melhor.

A relação escola e comunidade é crítica e isso é fruto de um Brasil colônia império que os fragmentos educacionais refletem até nossos dias, mantendo um sistema político autoritário, negando a participação e determinação coletiva onde a comunidade escolar carrega o comportamento passivo da falta de conhecimento participativo.

O fracasso de unir escola e comunidade é ressaltado de maneira errada que se expressa, pois a comunidade não está preparada para entender o discurso centralizado que pretende leva-la a isso, pois a mesma não tem conhecimento de leis, e sim de situação, portanto para conseguir este objetivo é necessário trabalhar de forma descentralizada, levando o conhecimento da comunidade a importância da participação na vida escolar do educando, elevando a auto estima dos pais dos alunos, incluindo assim a comunidade escolar.

De acordo com a política vigente nunca a comunidade escolar se sentirá inserida na escola, pois falta uma política filosófica inovadora que capacite as estruturas que dá suporte à escola, descentralizando o conhecimento das leis que estabelecem normas de funcionamento do sistema educacional de ensino, uma vez

que a própria comunidade escolar não tem o conhecimento necessário sobre leis e pouco se interessa, prova disso são os pais que se interessam em participar do CDCE, a maioria se acha incapaz devido a falta de conhecimento por isso respondendo assim ao comportamento de uma sociedade adestrada somente para obedecer e não para aprender a participar gerando um resultado negativo no tocante a participação, pois convivemos em uma sociedade desigual com o descaso por parte dos políticos e dos meios de comunicação, que transmitem mais a corrupção, a violência, a desigualdade e o descaso com a educação, deixando de ensinar a verdadeira democracia e cidadania.

Com a gestão democrática a comunidade escolar está sendo chamada a participar na tomada de decisões, por várias razões uma delas é o próprio processo de democratização da sociedade ampliando os canais de participação. Outra razão é que a escola não está ilhada, mais inserida em uma comunidade concreta cuja população tem expectativas e necessidades específicas que ela precisa levar em conta partilhando a gestão com a comunidade a escola finca raízes vai buscando soluções próprias, mais adequadas às necessidades e inspirações dos alunos e de suas famílias, e conquista aos poucos autonomia para definir seu projeto. Se quisermos uma escola transformada precisamos transformar a escola que temos.

2 . 4 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Para acompanhar os avanços mundiais na era digital de comunicação e econômica que interligam o mundo que visa crescer, oportunizando aos homens os desafios que se insere no mundo moderno, levando-o a caminhar em busca de um interesse e tornar cidadão incluso e participativo d novo cenário que se apresenta e para isso é tarefa de responsabilidade da escola capacitar o cidadã para ingresso no novo mundo que se apresenta, dessa forma a escola precisa buscar novo mecanismo para que os educadores saibam que tipo de educação necessita os alunos, certamente precisam ser educados para buscar o conhecimento e estar integrado dentro do novo sistema.

Nesta nova perspectiva que se apresenta apesar das crises da escola pública, ela deve enfrentar estes desafios, elaborar seu próprio Projeto Político

Pedagógico, construindo de forma interdisciplinar e de acordo com o perfil da comunidade escolar em que está inserida juntamente com os profissionais da Educação.

O projeto político da escola é um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando e de que maneira por quem e para chegar a que resultado. Além disso, explicita uma filosofia e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo uma autonomia e definindo seu compromisso com a clientela valorizando a identidade da escola e um chamamento a responsabilidade dos agentes com as racionalidades internas e externas, e o seu cumprimento depende da ousadia de seus agentes, uma vez que mesmo deve ser de fácil compreensão para que sua política seja de conhecimento de todos, bem com os recursos financeiros devem ser claramente definidos. O Projeto Político Pedagógico é uma forma de recuperação da importância e necessidade do planejamento na escola direcionando todo o desenvolvimento do trabalho escolar.

Cada escola deve elaborar seu próprio PP P ouvindo todos aqueles que têm interesse no sucesso da educação, é necessário que o projeto tenha objetivos claros e saber como alcançá-los, o processo não é fácil, pois envolve sempre muitas pessoas com idéias e visões de mundo diferentes, porém deve ser construído de modo a condizer com o perfil da comunidade escolar obedecendo os critérios estabelecidos; é um trabalho de construção, que exige competência técnico-pedagógica e clareza quanto a educar o cidadão deste novo tempo.

No entanto PPP. Na é um simples agrupamentos de planos a serem executados papel corpo docente de uma escola nas atividades que se propõe, o mesmo estabelece um rumo uma direção uma determinação ação internacional de um compromisso coletivo e político uma vez que mesmo articula os interesses sócio político da população na qual está inserido visando de forma prioritária à formação do cidadão.

Dessa forma o PPP. Estabelece a vivência democrática para que todos os membros da comunidade escolar participem e exerça sua cidadania propiciando a escola conviver em uma dimensão política e pedagógica eliminando a competição autoritária propondo a organização do trabalho pedagógico e incorporando aluno no contexto social do momento.

De certa forma deve ser levado em consideração o perfil da sociedade para saber que tipo de cidadão a escola quer formar para isso antes de qualquer coisa o PPP deve conter uma fundamentação teórica que embasará todo seu processo de fundamentação, e desenvolvimento a partir da qual será possível buscar o perfil desejado da comunidade e aprendizagem que se quer é importante que o projeto tenha um resumo descrevendo os pontos de maior relevância que permita uma visão completa do mesmo incluindo de forma sucinta a descrição e a importância do problema e das demandas os objetivos do projeto indicam seu propósito visando resultados essenciais a serem alcançados busca encontrar respostas para questões relevantes do processo de ensino aprendizagem e da demanda a ser atendida sabendo que educando é agente do processo ensino aprendizagem sujeito do processo histórico cabendo a escola avaliá-lo entendendo que a avaliação faz parte do processo educativo, verificando se o conhecimento está realmente incorporado ao educando, levando o professor a refletir se atingiu seus objetivos no seu fazer pedagógico inserido no PPP uma vez sendo mesmo flexível, os professores que não atingirem seus objetivos poderão reformular os conceitos de ensino aprendizagem e inserir novamente no projeto de forma a adequar o ensino ao aluno.

O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais, ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola, o projeto deve ser visto todos os anos para redirecionar e atender as mudanças e avanços que ocorrem no meio da educação e no meio da comunidade escolar ou corpo docente também devem ser reelaboradas as questões propostas que não deu certo, formulando as de forma criteriosa adequando ao novo modelo proposto. As etapas de construção do PPP deve ser construído de acordo com referencial da LDBN, (Lei de Diretrizes de Base Nacional), a definição dos objetivos será em contrapartida a contemplação das metas bem claras e definidas por série ou por ciclo, estabelecendo assim prazos para que cada meta seja atingida. Enfim o PPP deve retratar a missão da escola sua filosofia de trabalho seus valores humanos e pedagógicos sua clientela e os resultados que se propõem a atingir a organização administrativa e pedagógica e financeira que lhe permitirá alcançar esses resultados com eficiência e eficácia a definição pela linha de trabalho e de objetivos que sejam

reconhecidos e avaliados pela comunidade e finalmente pela autonomia o projeto pedagógico insere-se na totalidade do sistema nacional de educação ao mesmo tempo que transcende para atender as necessidades e as características específicas de seus alunos realçar o papel de mediação da escola a escola com um bom projeto é faz um trabalho abrangente participativo, democrático, responsável, competente e solidário e só há sentido nesse esforço se for para levar a cabo as decisões tomadas isso é se for possível implementa-l no cotidiano da escola.

“O Projeto Político Pedagógico da escola está hoje inserido num cenário marcado pela diversidade, Cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições. Na existe duas escolas iguais (CONSTRUINDO, 1999 : 16)

O presente “Projeto Político Pedagógico” é o resultado de um trabalho de análise, estudo da legislação e de um grande debate entre a comunidade escolar sobre o pensar e agir da escola, o planejamento conjunto das ações a serem desencadeadas no andamento da atividade da escola, pensando-a em seus múltiplos aspectos.

Compõe-se de duas grandes partes sendo que a primeira trata da proposta pedagógica que define a Filosofia da escola, sua função social, os objetivos educacionais, a proposta curricular, o calendário escolar, enfim aspectos relacionados ao processo ensino-aprendizagem como um todo. A segunda parte apresenta o plano operativo que estabelece as ações para a operacionalização da proposta pedagógica.

O projeto político visa nortear todas as ações de uma escola em seus aspectos pedagógicos e técnico-administrativos, podendo, sempre que necessário, ser complementado, reformulado e até mesmo substituído, desde que essa seja a vontade ou a necessidade da comunidade escolar.

3 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

A Escola Estadual "Oscar Soares" com sede no Município de Juara-MT., à Av. José Alves Bezerra nº 040, é mantida pela rede oficial de ensino do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Educação. Criada pelo Decreto nº 2237/74 de 18/09/74, publicado no Diário Oficial 20 de setembro página 02 Escola Estadual de 1º Grau. Decreto nº 319 de 21 de dezembro de 1.979 publicado em D.O., em 26 de dezembro de 1.979 página 26 eleva o nível de 2º Grau a Escola Estadual de 1º Grau de Juara parágrafo único a Escola de que trata o Artigo passará a denominar-se Escola Estadual de 1º e 2º Graus Oscar Soares. Resolução nº 024/80 de 25 de Março de 1980, autoriza o funcionamento de 1ª a 8ª série.

Resolução 030/80 de 06 de maio de 1.980 D. O, 21 de maio de 1.980 página 11, autoriza o curso de 2º Grau habilitação em Magistério e Básica em Agropecuária.

Portaria nº 2.650/83 de 20 de Julho de 1.983 D. O, 29 de julho de 1.983 página 07, reconhece a Habilitação em Magistério de 1ª a 4ª série.

Portaria nº 2.651/83 de 20 de Julho de 1983, D. O, 29 de julho de 1.983 página 06, reconhece a Habilitação Básica em Agropecuária.

Resolução 282/87 de 13 de Outubro de 1.987, declara regularidade dos estudos e 1ª a 8ª série, no período de 25 de março 1.982 a 31 de Janeiro de 1.986.

Portaria 5084/87, de 26 de novembro de 1.987 D. O, 03 de dezembro de 1.987, reconhecer o Ensino de 1º Grau Nível de 1ª a 8ª série.

Portaria 5.503/91, de 05 de setembro de 91 D.O, de 01 de novembro de 1.991 página 36, renovação de reconhecimento do Técnico em Contabilidade, vigência por 04 anos, 01 de novembro de 1991, Portaria 5.504/91 de 05 de setembro de 1.991, D.O, 01 de novembro de 1.991 página 36, renovação de reconhecimento habilitação Básica em Agropecuária vigência 04 anos. Portaria nº 5.505/91, de 05 de setembro de 1.991 D.O, de 01 de novembro de 1991 página 36, renovação de reconhecimento, do Ensino de 2º Grau Magistério de 1ª a 4ª série.

Resolução 112/91 D. O, de 23 de Julho de 1.991 página 31, declara validade dos estudos no ensino do 2º Grau não profissionalizante no período de 01/ de janeiro de 1.986 a 31 de dezembro de 1.990,

Portaria 873/92 de 02 de junho de 1.992 D.o, 11 de junho de 1.992, reconhecimento de 1ª a 8ª série, Técnico em Contabilidade, Magistério de 1ª a 4ª série Básica em Agro Pecuária e não Profissionalizante, validade 01 de julho de 1.992 a 01 de julho de 1996, Portaria 3277/92 de 15 de dezembro de 16992, publicada no D.O, 29 de dezembro de 1.992 página 10, reconhecimento do Pré Escolar, Ensino Fundamental de 1ª a 8ª série, e Ensino Médio Técnico em Contabilidade, Magistério de 1ª a 4ª série e Básica Agro Pecuária

Resolução, nº 030/95, de 09 de Janeiro de 1.995, D. O, de 15 de fevereiro de 1.995, página 03, Declara a validade, dos estudos do curso de Estudos Adicionais para a formação de professores na área de Alfabetização, no período Letivo de 1.994,

Resolução 152/99 de 16/12/99 D.O, de 04 de janeiro de 2000 página 11, autoriza o Ensino Médio Não Profissionalizante na Modalidade Regular, no período de 01 de janeiro de 2000 a 31 de dezembro de 2001.

Portaria nº 061/01, de 23 de Outubro de 2.001, D. O, de 19 de novembro de 2.001 página 27, reconhece o Ensino Médio, por cinco anos no período de 18 de Outubro de 2.001 a 17 de Outubro de 2.006,

Portaria 05/04 de 17 de fevereiro de 2004, D, O., 09 de março de 2004 página 36, renovado o reconhecimento do Ensino Fundamental por 05 anos no período de 01 de janeiro de 2004 a 31 dezembro de 2.008.

3.1 IDENTIFICAÇÃO DA CLIENTELA

A Escola Estadual de Educação Básica que ora ainda é denominada E.E. “Oscar Soares”, localiza-se no centro da cidade de Juara-MT e atende uma população em idade escolar oriunda de diversos bairros da cidade, do centro e, ainda, da Zona Rural, oferecendo de 7.^a a 8.^a Séries do Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

A história da Escola funde-se com a história do município de Juara, pois a “Oscar Soares” foi à primeira do município. Inicialmente atendia a população infantil e posteriormente chegou a atender em um só momento de Pré ao 2.^o Grau. Porém, com a necessidade de se centralizar o Ensino Médio, a Escola Oscar Soares foi a escolhida para continuar a oferecer esse ensino, sendo assim extinto o oferecimento do ensino pré-escolar e fundamental nos níveis de 1.^a a 4.^a séries. Assim, desde 1995 a escola tem oferecido o ensino de 5.^a a 8.^a séries do Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

O quadro discente da escola traz uma diversidade de culturas e de aspectos peculiares, pois recebe alunos vindos de outras escolas do sistema de ensino estadual, do municipal, do particular e da zona rural. Sendo a única escola pública que oferece o Ensino Fundamental regular com (130 alunos matriculados em 2007) tendo em vista que para atender a demanda diurna do Ensino Médio todo ano diminui-se algumas séries do Ensino fundamental, uma vez que no Ensino Médio Regular no município, concentra-se aqui um grande número de alunos (1.080 alunos matriculados em 2007) que buscam a complementação da Educação Básica (Ensino Médio) e a continuidade do Ensino Fundamental.

A clientela de nossa escola adquiriu essas características a partir do momento em que alunos residentes nos diversos bairros e na Zona Rural passaram a usufruir do serviço de transporte escolar oferecido pelo MEC em convênio com a Prefeitura Municipal.

Cabe à escola o grande desafio de trabalhar da maneira mais competente possível com essa diversidade.

A Concepção Filosófica da Escola Oscar se alicerça na busca do conhecimento historicamente elaborado a partir dos conteúdos a serem ensinados para que o aluno o apreenda e possa processá-lo como caminho do exercício de

sua cidadania, pois o acesso ao conhecimento é um dos requisitos primeiros para estabelecer as inter-relações na sociedade.

Nesse sentido, a escola tem concebido o aluno (a) com uma formação que lhe possibilite conhecimentos gerais e específicos indispensáveis à compreensão humanista, científica e crítica no processo de transformação sócio-político-cultural de seu/nosso tempo, permitindo-lhe questionar e analisar as mudanças que tem ocorrido hoje no mundo globalizado, globalização está não só econômica mais cultural e religiosa.

Mas de forma que o conhecimento do aluno (a) seja respeitado e valorizado na construção de uma sociedade transformadora, seguindo os ensinamentos de Paulo Freire, quando se posiciona contra a educação bancária, pois nesse sentido o aluno (a) deve ser visto como um ser reflexivo e crítico da sociedade buscando também ser incluído a este sistema capitalista que por si só já exclui a grande maioria do acesso por exemplo de uma educação de qualidade.

Apesar de a legislação compor um legado constitucional afirmando que a educação é um direito de todos (as) (art. 205 da Constituição Federal), ainda não consegue compor pedagogicamente o público alvo. Atendem-se, quantitativamente números importantes na Educação no Ensino Fundamental e Médio, embora, o avanço seja pertinente esbarra-se na situação qualidade.

Assim a escola espera-se que este aluno (a) seja um atuante na sociedade, que tem exigido cada vez mais preparo e qualificação do trabalhador/profissional desta forma este irá contribuir também com o desenvolvimento sócio-econômico do município de Juara, estado e país em que está inserido.

3 . 3 O PAPEL DE DEMOCRACIA DA ESCOLA ESTADUAL OSCAR SOARES

Diante do perfil do mundo globalizado em que vivemos e mediante a integração do país neste mundo cabe ao governo brasileiro voltar sua visão para uma educação de qualidade a fim de formar o aluno com base de integrá-lo ao novo sistema que nos apresenta.

A educação pública brasileira em comparação com outros países está sobrecarregada com uma grande defasagem em transmitir conhecimentos, porém está acontecendo; embora que tardia no que diz respeito ao que diz respeito ao interesse governamental pois de certa forma até aqui as conquistas foram com muita luta e garra dos intelectuais e sindicatos, que de certa forma deixaram sua contribuição desde os primórdios do Brasil colônia, uma vez como sempre barrada por um sistema capitalista existente e políticos que visavam apenas os interesses dos ricos e poderosos deixando a maça a mercê do analfabetismo para serem mais fáceis de se manipular no tocante a sua força de trabalho, bem como na própria política pois um povo sem conhecimento é mais fácil de ser dominado.

Desse modo nesta perspectiva de visão a educação pública brasileira, ainda que tardia conseguiu muitos avanços até presente momento, uma vez estando longe ainda de fazer parte dos países de primeiro mundo no qual se desenvolveu porque priorizaram e investiram em educação, o que mostra recentemente pesquisas que o Brasil poderá ser uma potência mundial em cem anos se investir em educação, no entanto é necessário mudar o sistema educacional integrando a maça as escolas, bem que para isso acontecer é necessário muitas famílias receberem ajuda de custo pois os jovens deixam de estudar para trabalhar e ajudar no próprio sustento da família, isto quando não viram marginais substituindo o trabalho honesto buscando uma forma de sobrevivência no mundo do crime mediante este exposto vale ressaltar o quanto é urgente avançarmos cada vez mais no tocante ao conhecimento.

De acordo com os novos avanços em que se estende o modelo educacional para acompanhar o mundo moderno, tendo em vista que devemos sempre trabalhar em cima das leis isso é uma prática para o ser humano na terra, pois a lei posiciona como um projeto a ser trabalhado e executado de forma que não podemos desenvolver um bom trabalho se não tivermos um caminho como para seguir, dessa forma a Constituição Federal outorgou para as escolas públicas a Lei de Gestão Democrática, para que a escola seja uma instituição democrática, trabalhando de forma transparente no coletivo com a comunidade escolar através do CDCE, no qual a mesma ajuda a gerenciar nas tomadas de decisões a fim de administrar a mesma de forma democrática e transparente.

Na oportunidade pesquisei a Escola Estadual Oscar Soares, onde o diretor ressaltou que as tomadas de decisões compete a CDCE, da escola que está em plena participação na representatividade diante da comunidade escolar proporcionando que a democracia funcione de direito e fato, pois a Gestão Democrática melhorou muito na co-participação da comunidade em geral no qual o diretor não toma decisões sozinho ressaltando ainda que a escola não é totalmente autônoma pois barra na lei de forma que a mesma compete a escola autonomia e não soberania e uma vez sendo a escola soberana não seria democrática sendo a autonomia restrita onde todo procedimento democrático escolar está rigorosamente estipulado na lei.

Para que possamos cumprir, um exemplo bem claro é a verba que a escola recebe é administrada através do PDE, dinheiro este que já ajuda na manutenção e muito pouco para o pedagógico, dinheiro este que não soluciona o problema de podermos investir no setor pedagógico como laboratórios para conhecimento do aluno nunca o dinheiro é suficiente, para oferecermos uma educação de qualidade tendo de modo que o professor trabalha muitas vezes só com o livro didático do aluno. *O sucesso do trabalho do gestor depende do empenho e do saber-fazer pedagógico dos demais participantes da orquestra. (MATO GROSSO, 2002 : 89)*

No tocante a participação da comunidade escolar na escola ainda é baixa eles participam quando são chamados de certa forma e compreendo esta participação com menos de cinquenta por cento no dificultando assim meio da escola proporcionar a verdadeira democracia participativa envolvendo todos.

“A comunidade escolar, em sentido estrito, é constituída por gestores, professores e outros especialista da educação, corpo técnico administrativo funcionários e alunos. As famílias também participam dessa comunidade, ainda que de forma diferenciada”. (MATO GROSSO, 2002 : 34)

No entanto compreendo esta participação tímida pela má formação dos pais sendo eles na maioria com o ensino fundamental incompleto não entendendo as mudanças que a escola está propondo, no qual vem à escola a fim de cobrar responsabilidade do filho e garantir ao mesmo ma oportunidade que não teve.

Na visão do coordenador a Gestão Democrática só funciona bem de acordo quando o gestor administra a instituição escolar coletivo, ele também

compreende que as tomadas de decisões são conjuntas e com muita reflexão discussão e projetos para o desenvolvimento da ação e que a Gestão Democrática melhorou muito a escola, porém percebe que a autonomia barra na lei e devemos obedecê-la cumprindo o que está imposto, cabendo a escola planejar desenvolver e executar seu projeto. Como coordenador pedagógico, ressalta a dificuldade da escola estar sendo democrática como é uma escola de ensino médio e os alunos em sua maioria adultos ele gasta parte de seu tempo para ajudar n trabalho de conscientização e crises com certos alunos indisciplinados que não compreendem o seu papel de aluno, e não sabe construir o verdadeiro significado de ser um aluno que está aprendendo estes sujeitos acabam por ser um empecilho para o desenvolvimento de uma gestão com sucesso.

Quanto os professores pesquisados eles compreendem que gestão democrática é o fato do gestor não administrar sozinho e sim com toda comunidade escolar, proporcionado um melhor atendimento à comunidade no qual melhorou muito o atendimento no setor pedagógico e percebe que a escola está conseguindo trabalhar de forma democrática em todos os níveis trazendo os pais para se inteirar dos projetos da escola compreendendo que a participação dos mesmos ainda é tímida.

De certa forma a participação dos pais na escola se deve ao grande esforço do gestor em fazer valer a democracia na escola, mas entendo também que os pais não estão entendendo o novo papel da escola em se empenhar para que a comunidade participe, pois muitos não sabem o que é gestão democrática na escola pública, ou sabem da lei mas não sabem explicar, ou compreendem que a escola é democrática porque está chamando os pais para participar.

Dessa forma acredito que são necessários palestras com a comunidade a fim de explicar a lei a qual eles não entendem não por ignorância, mas por ser pouco trabalhado com a comunidade esta questão ficando a desejar que os pais possam estar sempre a disposição da escola uma vez que os mesmos tem pouca formação e não estão percebendo a importância da questão a fim de ajudar a escola cumprir seu papel, que por sua vez eles vem à escola não para cumprir a postura da escola e sim para colaborar com o filho estudante e cobrar do mesmo uma postura de conhecimento e esforço a fim de poder ingressar no mercado competitivo de trabalho que o espera.

Da mesma forma os alunos entrevistados não sabem o que é Gestão Democrática, mas gostam de votar em escolha de diretor, no entanto compreendem que a escola está no caminho da democracia, pois está sempre fazendo reuniões e chamando os pais para participar.

Diante do exposto percebo que a escola está caminhando para cumprir seu papel de democracia mediante a comunidade escolar, mas vale ressaltar que a compreensão da lei está com o gestor coordenador e professores, os pais e alunos não sabem da lei de gestão devido não estarem engajados como profissionais na educação e por não estarem inseridos no contexto educacional tendo em vista que os professores estão sempre participando de reuniões o que faz eles terem o conhecimento.

“Com a constituição Federal de 1988, e com a LDB, a Gestão democrática e os conselhos escolares são partes essenciais da escola pública. Sem eles, uma escola federal, estadual e municipal não pode existir. Cada sistema e cada ente federado têm sua forma de exercer a gestão democrática; num eleger-se os dirigentes, noutro não; num o conselho escolar é o órgão deliberativo máximo da escola, noutro não. Mas o conselho escolar sempre existe e, se temos que melhorar alguma coisa, é a essência e a existência dos conselhos, pois não é fácil romper com quatrocentos anos de elitismo, autoritarismo, clientelismo e corporativismo”. (MONLEVAD, 2002 : 76)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o estudo feito sobre as leis que regeram a educação ao longo do tempo, percebo que as mesmas não eram totalmente aplicadas barrando em divergências políticas, deixando a educação a mercê do descaso. No entanto ela veio caminhando, a passos curtos, mostrando deveras o que o país realmente é.

Dessa forma hoje temos o reflexo de uma educação mal trabalhada, e hoje vejo que o governo quer avançar, mas não sabe como investir e como fazer tendo em vista os resultados do MEC sobre o conhecimento de nossos alunos, isto é uma falha que vem lá de traz, e a correção dessa falha depende de um bom projeto e um grande investimento por parte do governo que me parece que ainda não tem uma saída devido ao fator econômico o alto índice de pobreza no país, afetando a grande maioria das crianças e jovens brasileiros.

Por outro lado a educação brasileira ainda que esteja, num nível muito fraco, porém através da pesquisa realizada percebi que os realmente estão comprometidos com ela estão fazendo acontece chamando a comunidade a participar das decisões da escola através do CDCE, que atua na escola, bem como o diretor faz um grande esforço para que a comunidade participe da mesma trabalhando de uma forma transparente a fim de gerenciar satisfatoriamente todos os segmentos formando assim uma comunidade escolar unida a trabalhar pelo mesmo objetivo o bem comum da escola, fazendo valer a lei de gestão a rege.

De certa forma a escola está fazendo o papel que lhe compete, porém existe os fragmentos uma vês que nossa comunidade ainda não está preparada para participar, isto por falta de conhecimento, tendo em vista o espaço nos meios de comunicação para a divulgação sobre a lei de gestão na escola ser muito pequeno visto que acontece a divulgação a cada dois anos somente no período de eleição para diretor, bem como as reuniões de apresentação dos candidatos na escola, deixando fragmentado a divulgação acarretando assim o desconhecimento a Lei de Gestão aos alunos e pais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) 9.394/96 de 20 de dezembro de 1.996

CONSED, **Gestão em rede**. Brasília, 2002.

CONSRUINDO a escola cidadã. Brasília: MEC, 1999.

DAVIS, Claudia, Souza, Correa Fernandes Grosbaum, Penin Vieira, **Gestão da escola, desafios a enfrentar**, Ri de Janeiro: DP&A, 2002.

FERREIRA, Roberto Martins, **Sociologia da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MATO GROSSO. Ciclo de estudos. Cuiabá: SEDUC, 2002.

MATO GROSSO. **Educar para incluir, normas legais para os dirigentes empreendedores**, Cuiabá: SEDUC, 2004.

MATO GROSSO. **Gestão da escola**. Cuiabá: SEDUC, 2002.

MATO GROSSO. **Gestão democrática escolar**. Cuiabá: SEDUC, 1999.

MATO GROSSO. **Sigescola, caderno de orientações**: sistema integrado de gestão escolar. Cuiabá: SEDUC, 2006.

MONLEVAD, João A. **Fazer para acontecer**. Plano Municipal de educação. Brasília: Idea, 2002.

OLIVEIRA, Dalila Andrade e ROSA, Maria de Fátima Félix (Org.). **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SANTOS, José Olímpio dos. **Gestão da escola**. Cuiabá: Publishing Huse, 2005.

ANEXOS

ENTREVISTA COM O GESTOR E COORDENADOR.

1- Qual a contribuição da Gestão Democrática para administrar a escola?

Resp: **Para administrar a maior contribuição é a tomada de decisões que é feita pelo CDCE (Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar), que têm seus pares escolhidos por ela, ou seja, a participação coletiva, e representativa para que realmente a democracia escolar funcione de direito e fato.**

2- Na sua visão a Gestão Democrática contribuiu para melhorar a educação?

Resp: **Sim, quando é compreendido por todos, e que estes cooperem assumindo suas atribuições para um bom exercício de suas funções; ou seja, precisamos ter comprometimento, e responsabilidades etc...**

3- No setor pedagógico a Gestão Democrática melhorou ou ficou como era?

Resp: **Melhorou, mas precisamos avançar mais muitas teorias incompatíveis, com a realidade são impostas no sistema de ensino e entre o real e o imaginário, temos é que fazer o melhor possível; não existe fórmula pedagógica de sucesso para uma universalidade de escolas diferentes, caminhamos neste setor a ritmos lentos.**

4- Autonomia de Gestão você acha que a escola é totalmente autônoma?

Resp: **Temos autonomia, mas não soberania, somos uma instituição educacional por isso estamos atrelados ao sistema público de ensino, podemos muito e não podemos nada, enfim nossa autonomia é restrita (...).**

5- Qual a contribuição da Gestão democrática no papel pedagógico?

Resp: **Buscar através de mecanismos construir afazeres pedagógicos, que tragam resultados positivos para o bem estar da comunidade escolar; - Desenvolver o educando para o verdadeiro exercício da cidadania.**

6- Você acha que ficou melhor administrar a escola com o modelo de Gestão Democrática?

Resp: **Menos no aspecto financeiro; podemos tudo, mas barramos na falta de recursos, ou mesmo insuficientes, e este é o pior aspecto da administração uma escola com déficit orçamentário, ou seja, suas receitas repassadas não cobrem os débitos. Esta aí o desafio maior fazer muito com tão pouco dinheiro.**

7- Qual o grau de participação da comunidade escolar na escola com o modelo de Gestão que visa à participação da mesma na escola?

Resp: **Ainda é baixo, existe um monitoramento e reconhecimento quando a escola produz resultados satisfatórios, mas a comunidade ajuda muito quando solicitada, precisamos mesmo é de envolvimento participativo e mais verdadeiros espontâneos para que de fato a democracia de forma plena aconteça.**

01 Qual a contribuição da Gestão Democrática para administrar a escola?

Resp: **Sob meu ponto de vista a Gestão Democrática quando funciona para todos numa instituição sob uma administração, só pode contribuir e muito, pois democracia significa acima de tudo decisões conjuntas e que seja manifestação da maioria e implica também decisões tomadas com reflexão discussão e projeto para desenvolver a ação.**

02- Na sua visão a Gestão Democrática contribuiu para melhorar a educação?

Resp: **Sim desde que concilie democracia com compromisso, responsabilidade, ética, seriedade (competência).**

03- No setor pedagógico a Gestão Democrática melhorou ou ficou como era?

Resp: **melhorou muito**

04- Autonomia de Gestão você acha que a escola é totalmente autônoma?

Resp: **Não a autonomia só existe nos documentos e regimentos. (papel), na realidade temos que obedecer determinações impostas pelos nossos superiores na hierarquias.**

05- Qual a contribuição da Gestão democrática no papel pedagógico?

Resp: **Cada instituição educacional pode optar planejar e desenvolver seu próprio projeto.**

06- Você acha que ficou melhor administrar a escola com o modelo de Gestão Democrática?

Resp: **Sim apesar de termos que conviver com indivíduos que não conseguiu ainda construir o verdadeiro significado da mesma e pensar que pode fazer o que vem a cabeça. Esta prática se torna um empecilho para o desenvolvimento de uma Gestão com sucesso.**

07- Qual o grau de participação da comunidade escolar na escola com o modelo de Gestão que visa à participação da mesma na escola?

Resp: **Esta participação ainda é muito tímida, uma vez que a comunidade só é chamada a participar para resolver problemas de indisciplina, administrativo para contribuir com o trabalho e ou recursos para reparos manutenção do patrimônio escolar, parte física da escola.**

QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES.

(01)

1 – O que é Gestão Democrática na escola pública?

Resp. **Uma administração em que o diretor não administra a escola sozinho e sim com apoio de todos a comunidade escolar e o Conselho Deliberativo.**

2 – Com a Gestão Democrática melhorou a participação dos pais na escola?

Resp. **Sim, pois agora eles podem ser ouvidos e sua opinião aceita.**

3 – Através da Gestão Democrática melhorou atendimento pedagógico ao professor?

Resp. **Sim agora o coordenador pedagógico fica menos sobrecarregado com atividades financeiras e administrativas, tendo mais tempo para se dedicar realmente ao pedagógico.**

(02)

1 – O que é Gestão Democrática na escola pública?

Resp. **É o fato de podermos votar para escolha de diretor da escola.**

2 – Com a Gestão Democrática melhorou a participação dos pais na escola?

Resp. **Acredito que sim em partes, hoje em dia os pais estão mais atento aos estudos dos filhos e muitos vêm a escola periodicamente, porém outros aparecem quando são chamados e tem aqueles que nunca aparecem, vejo esta parcela de participação da família não porque sabem da gestão democrática, mas porque a escola sempre está chamando eles para participar.**

3 – Através da Gestão Democrática melhorou atendimento pedagógico ao professor?

Resp. **Sim os coordenadores fazem o possível para atender bem o professor, mas poderiam fazer mais se a escola tivesse material pedagógico concernente para atender cada disciplina.**

(03)

1 – O que é Gestão Democrática na escola pública?

Resp. **É uma ação envolvendo todos os segmentos da Comunidade Escolar. É um trabalho coletivo tendo a participação dos pais, professores, alunos famílias, funcionários e comunidade em geral.**

2 – Com a Gestão Democrática melhorou a participação dos pais na escola?

Resp. **Apesar de existir um grande desinteresse por parte dos pais, melhorou a participação dos pais por causa da abertura pela direção da escola.**

3 – Através da Gestão Democrática melhorou atendimento pedagógico ao professor?

Resp. **Acredito que sem visto que com o trabalho coletivo das diferentes especialidades provoca mudanças.**

QUESTIONÁRIO PARA OS PAIS.

01

01- O que é Gestão democrática na escola Pública?

Resp. **Não Sei**

02- Você acha que a escola é democrática?

Resp. **Não sei o que é democracia, mas venho à escola quando sou chamada.**

03- Você tem conhecimento da Lei de Gestão Democrática? E que a mesma dá direito a comunidade escolar de escolher o diretor da escola através do voto?

Resp. **Sim sei que existe uma Lei, mas não sei explicar.**

02

01 que é Gestão democrática na escola Pública?

Resp. **Não sei**

02- Você acha que a escola é democrática?

Resp. **Não, pois quando fui a reunião o diretor apresentou o projeto da escola já pronto e não fui convidada a opinar,**

03- Você tem conhecimento da Lei de Gestão Democrática? E que a mesma dá direito a comunidade escolar de escolher o diretor da escola através do voto.

Resp. **Não sei da lei, mas tenho conhecimento das votações nunca votei porque trabalho.**

03

01-O que é Gestão democrática na escola Pública?

Resp. **Não Sei**

02-Você acha que a escola é democrática?

Resp. **Sim acho que a escola é democrática porque sempre está chamando os pais para as reuniões.**

03- Você tem conhecimento da Lei de Gestão Democrática? E que a mesma dá direito a comunidade escolar de escolher o diretor da escola através do voto.

Resp. **Sim sei que é uma lei que dá direito aos pais escolherem o diretor, sempre votei para escolha de diretor da escola.**

QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS.

01

01 - O que é Gestão Democrática na Escola Pública?

Resp. **É quando o aluno pode participar não só como opinião, mas também ajudando eleger e tomar decisões.**

02 você tem conhecimento sobre a Lei de Gestão democrática? Que da direito a comunidade escolar de votar para escolha do diretor da escola?

Resp. **Sim já participei de algumas eleições assim como está citado. Mas nunca ouvi falar da lei.**

02

01 O que é Gestão Democrática na Escola Pública?

Resp. **Não sei.**

02- você tem conhecimento sobre a Lei de Gestão democrática? Que da direito a comunidade escolar de votar para escolha do diretor da escola?

Resp. **Sim nas reuniões da escolha do último diretor eu ouvi ler a lei.**

03

01- O que é Gestão Democrática na Escola Pública?

Resp. **Não sei.**

02- você tem conhecimento sobre a Lei de Gestão democrática? Que da direito a comunidade escolar de votar para escolha do diretor da escola?

Resp. **Sim já votei para diretor e participei da reunião das propostas.**